



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# Cena externa impacta a relevância do Brasil

Distância de Lula de Trump e Netanyahu, e falta de embaixador no Irã, põem país num patamar mais abaixo nas grandes discussões geopolíticas internacionais. Falta de diálogo com Milei e episódio de espionagem no Paraguai também fragilizam relações

» RENATA GIRALDI

Se no cenário internacional há a apreensão por Israel e Irã e a intervenção dos Estados Unidos, fora o que se passa na Ucrânia e em Gaza, além dos conflitos regionais internos, no Brasil a política externa vive um momento delicado. Em Israel, não há embaixador e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerado pessoa non grata. No Irã, aguarda-se a chegada do embaixador — portanto, a representação diplomática em Teerã está sem chefe. Para completar, no Mercosul, não há canais de diálogo com o governo de Javier Milei e, no Paraguai, o clima é tenso desde que veio à tona que a Agência Brasileira de Informações (Abin) monitorava autoridades no país. A recomendação dos analistas é de que o governo coloque como foco a COP30, de 10 a 21 de novembro, em Belém, e na Cúpula do Brics, em julho, no Rio de Janeiro.

Como se não bastasse, nos Estados Unidos a animosidade entre o presidente Donald Trump e Lula atinge, inclusive, as articulações diplomáticas, mesmo que lá esteja a embaixadora Maria Luíza Ribeiro Viotti, uma das mais experientes do quadro do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Some-se, ainda, a morte da brasileira Juliana Marins na subida ao Monte Rinjani. Os percalços no resgate da jovem resvalaram na Embaixada do Brasil em Jacarta. Para especialistas ouvidos pelo **Correio**, há um hiato entre as expectativas depositadas no governo e as ações em curso e, daí, os desencontros em casos problemáticos.

Para o professor do Ceub Luciano Muñoz, da Especialização em Análise de Cenários Políticos, Resolução de Conflitos e Negociações para a Paz, a política externa deveria ser repensada. “O Brasil não tem influência militar, econômica ou política suficiente para conduzir essas negociações. São temas nos quais as grandes potências decidem e o Brasil, infelizmente, é apenas um observador”, lamenta, para acrescentar:

“Lula valoriza a política externa. No entanto, há um problema de superextensão. O Brasil tenta se posicionar em todos os fóruns, participar de todos os debates, em todas as regiões do mundo. Isso dilui o foco e dificulta a obtenção de resultados concretos. Deveria repensar sua insistência em tentar mediar conflitos geopolíticos de alta complexidade, como a guerra da Ucrânia ou as tensões no Oriente Médio. O caminho mais produtivo passa por investir em sua vocação: a defesa do meio ambiente, o combate à fome, a saúde global e a cooperação com países em desenvolvimento. Nestas áreas, sim, é possível construir um protagonismo real”, aponta.

As premissas que guiam a política externa brasileira foram desenhadas por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia. As articulações e a convivência entre o Brasil e os demais países, conforme esses princípios, se sustentam em pilares bem definidos. Inicialmente, o esforço é pela resolução pacífica das controvérsias, exatamente o que disse o MRE na guerra entre Israel e Irã, quando os Estados Unidos atacaram as usinas nucleares iranianas. O outro, é o respeito ao direito internacional, a base de todas as negociações, assim como a igualdade jurídica entre os Estados.

Na relação com os EUA, desde

Ricardo Stuckert / PR



Operação da Abin contra autoridades paraguaias traz ruídos ao diálogo entre Santiago Peña e Lula

Brendan Smialowski/AFP



Lula jamais manifestou vontade de conversar com Trump

GPO/AFP



Governo de Netanyahu declarado brasileiro persona non grata

Luis Robayo/AFP



Milei critica Lula desde antes de chegar à Presidência argentina

o começo do século 20, busca-se o chamado “americanismo pragmático”: uma aproximação, sem abdicar dos interesses brasileiros. Preserva-se, também, a defesa da cooperação internacional e da participação em organizações multilaterais — como a Organização das Nações Unidas ou Organização dos Estados Americanos — para a resolução de problemas globais.

### Estabilidade

No que se refere à relação com os vizinhos, Rio Branco pregava o fortalecimento dos laços sul-americanos para garantir a estabilidade da região. Isso vale para o momento atual em que Milei é antagonista a Lula, e com o Paraguai, incomodado com as operações da Abin de hackeamento de sistemas do governo e de autoridades envolvidas nas negociações da usina de Itaipu.

Para Rafael Pinto Duarte — professor do Iesb com pesquisas sobre cooperação internacional em ciência e tecnologia e relações internacionais —, é preciso observar além do que os fatos se apresentam, porque há interesses econômicos envolvidos que pesam nas articulações. “Milei tenta reproduzir o que Trump faz, mas não tem os mesmos dentes. É uma distância pragmática (entre Brasil e Argentina). O Milei vai fazer bravata com algumas coisas, mas a Argentina perde estando distante. No caso Paraguai,

a situação é semelhante. Lá, o Brasil é sempre usado como argumento quando precisam unificar o povo. Até hoje se usa a Guerra do Paraguai para isso. A questão da Abin é mais usada como retórica, mas, é claro, tem de ser investigada”, observa, acrescentando que o Brasil está muito mais preocupado com o Brics do que com o Mercosul.

É justamente esse olhar mais cuidadoso relação ao Brics que faz com que a diplomacia brasileira trate com cuidado a questão relacionada à morte de Juliana Marins na escala ao Monte Rinjani. O episódio teve um momento de profundo mal-estar por conta das informações desencontradas passadas pelo governo da Indonésia à Embaixada em Jacarta, que as retransmitia à família da jovem. Enquanto os indonésios asseguravam que tudo estava sendo feito para retirá-la do despenhadeiro, aumentavam as suspeitas de que a operação de resgate era pouco ágil e que a jovem corria risco de morte. Só que o país asiático integra o Brics e o presidente Lula o considera fundamental para a consolidação do eixo político do chamado Sul Global.

Mas, segundo Rafael Pinto Duarte, isso não abona a diplomacia brasileira de cobrar explicações sobre a demora e a suposta inoperância no atendimento à brasileira. “É importante exigir, não é omissão do Estado”, frisa.

Já para as dificuldades pela ausência de afinidades entre Trump

e Lula, segundo os professores, devem ser contornadas pelo pragmatismo da relação Brasil-EUA — que separa o discurso político para o eleitorado das ações discretamente desenvolvidas nos contatos diplomáticos. A mesma lógica vale para a relação com Israel, mesmo que, desde 2024, não haja embaixador em Tel Aviv — o diplomata Frederico Meyer foi chamado de volta a Brasília em maio do ano passado — e Lula seja declarado “persona non grata” por criticar a desproporção das operações militares israelenses em Gaza. No caso de Teerã, o embaixador André Veras Guimarães foi nomeado e aprovado pelo Senado, e está pronto para assumir o posto.

“A política externa enfrenta constrangimentos significativos. A fragilidade da coalizão governamental, as tensões recorrentes com o Congresso e a baixa capacidade de mobilização social em torno da agenda internacional limitam a projeção externa do país. A ausência de embaixadores em postos estratégicos, como Teerã, e episódios de desarticulação, como o atraso na resposta à morte de uma cidadã brasileira na Indonésia, evidenciam déficits operacionais e de coordenação interministerial”, analisa o professor Alan Camargo, coordenador do curso de relações internacionais na UDF, e doutorando em ciência política.

Para Camargo, o governo Lula deve superar as dificuldades



O Brasil tenta se posicionar em todos os fóruns, participar de todos os debates. Isso dilui o foco e dificulta a obtenção de resultados concretos”

Luciano Muñoz,  
professor do Ceub



Tensões com o Congresso e baixa mobilização social em torno da agenda internacional limitam a projeção externa”

Alan Camargo, coordenador do curso de relações internacionais na UDF



Milei tenta reproduzir o que Trump faz, mas não tem os mesmos dentes. O Milei vai fazer bravata, mas a Argentina perde estando distante”

Rafael Pinto Duarte,  
professor do Iesb

internas para alavancar a força que tem externamente. “O êxito dependerá menos da conjuntura externa e mais da superação dos entraves domésticos que limitam sua execução. A política externa brasileira, hoje, carece de sustentação política e institucional interna para transformar ambição em influência concreta”, aponta.

O Ministério das Relações Exteriores, porém, considera que esse momento delicado da política externa brasileira — conforme enxergado pelos especialistas — não foge à normalidade. Ao **Correio**, interlocutores informaram que, mesmo sem embaixadores, as embaixadas em Tel Aviv e Teerã funcionam normalmente, sem dificuldades de articulação nem bloqueio nos canais de diálogo. No caso do Irã, não há data exata para o embaixador André Veras Guimarães chegar à capital iraniana, mas todo o processo burocrático está solucionado.

Sobre o diálogo com os governos da Argentina e do Paraguai, o MRE assegura que não houve alterações em decorrência de divergências políticas ou pelo monitoramento de autoridades paraguaias. Ressalta a realização da Cúpula do Mercosul, em Buenos Aires, a partir de quarta-feira — que não contará com Javier Milei porque estará no fórum de políticos de extrema-direita em Balneário Camboriú (SC), onde deve se encontrar com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

### Três perguntas para

Antonio Jorge Ramalho da Rocha, professor de relações internacionais Universidade de Brasília (UnB) com pesquisas cujos focos são teoria das relações internacionais, segurança internacional e defesa nacional

#### Qual a avaliação do senhor sobre o cenário atual da política externa brasileira?

A política externa brasileira no terceiro mandato do presidente Lula será lembrada pela coerência com as tradições da política externa brasileira e pelo diligente empenho em construir espaços de autonomia em favor de três prioridades fundamentais: 1) o desenvolvimento sustentável com inclusão social; 2) a transição energética verde; e 3) a reforma do multilateralismo. A orientação é corajosa e moralmente defensável, especialmente em um mundo marcado pelo desmonte da ordem internacional baseada em normas e preocupada com a proteção dos Direitos Humanos. Entretanto, o mundo se transformou radicalmente nos últimos anos. Hoje, parece ser mais fácil construir muros do que pontes. As margens de manobra de governos interessados na proteção dos Direitos Humanos e na construção de um espaço político internacional que assegure direitos fundamentais aos seres humanos. Por um lado, o ambiente internacional é mais conflitivo e intolerante. Por outro, o governo brasileiro enfrenta restrições fiscais e políticas, além de necessitar reconstruir sua capacidade de ação internacional, parcialmente desmantelada durante o governo Bolsonaro. Nesse contexto, há um hiato entre as expectativas relativas ao que o Brasil poderia fazer ao “voltar” ao cenário internacional e suas possibilidades de entrega.

#### O presidente Lula dá atenção para a política externa?

O presidente vem restabelecendo, gradualmente, a presença brasileira no cenário internacional, embora enfrente as restrições acima mencionadas. Há menos espaço para sua atuação, que, para ser efetiva, exige recursos de que o Brasil não dispõe. Esse hiato entre expectativas e possibilidades gera frustrações. O presidente continuará a usar a política externa em favor de um multilateralismo mais legítimo (para ele, “democrático”) e inclusivo, especialmente no que concerne ao combate à fome e à pobreza, porque crê, sinceramente, nesse valores. Além disso, sabe usar essas posições para fortalecer-se em disputas políticas internas. É difícil antecipar em que grau alcançará êxito nesse processo.

#### O que deveria ser priorizado, na sua visão?

As prioridades estão corretas e devem ser mantidas. Além disso, são coerentes com a boa tradição da política externa brasileira. Há que perseverar nelas, utilizando os espaços disponíveis, como o Brasil vem fazendo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no G20, nos Brics e na COP30.